

Proposta coerente e flexível na rénegociação

Apresentada a proposta oficial do governo brasileiro para a renegociação da dívida externa, na última sexta-feira, em Washington, podemos prever que esta rodada de discussões com os representantes dos bancos credores será demorada e que muitos obstáculos terão de ser removidos para se chegar a um resultado satisfatório para ambas as partes. Isso ficou claro pela inusitada demora da primeira reunião (quase oito horas) entre os representantes do Brasil e o comitê de assessoramento dos bancos, sem que se chegasse a alguma forma preliminar de entendimento, e pela ressalva contida no telex que o comitê encaminhou à comunidade financeira internacional, ainda na sexta-feira. "A proposta", diz o telex, "foi elaborada por representantes do Brasil e de forma alguma reflete os pontos de vista do comitê."

As dificuldades, porém, eram esperadas. De um lado, são notórias as divergências entre o governo brasileiro e os credores quanto às possíveis saídas para a crise da dívida e, de outro, há a

particularidade de estarmos em moratória. Ademais, recusamos a seguir o caminho convencional na busca do acordo, tanto é que, ao contrário de outros grandes devedores, estamos iniciando as negociações com os bancos sem ter passado, antes, pelo crivo do Fundo Monetário Internacional (FMI). Aliás, queiram ou não os opositores da atual via de negociação brasileira, essa mudança no procedimento usual adotado para com os países devedores já representa uma importante conquista, embora não se exclua a possibilidade de um acerto posterior com o Fundo.

O essencial, contudo, é que as negociações cheguem a bom termo e que o acordo seja de longo prazo, como pretende o ministro Luiz Carlos Bresser Pereira. De fato, enquanto as relações do País com a comunidade financeira internacional não estiverem normalizadas, será difícil restabelecer internamente um clima propício aos investimentos estrangeiros. E um acordo de curta duração também não atende a essa necessidade, porque as constantes reaberturas

de discussões com os credores criam um ambiente igualmente instável. Não partilhamos, pois, da idéia de que os maiores interessados num acordo sejam os credores, embora, efetivamente, tenhamos o tempo a nosso favor neste momento, por causa da proximidade das datas em que, de acordo com a legislação de seus países, os bancos do Japão e dos Estados Unidos poderão ser forçados a lançar parte dos empréstimos feitos ao Brasil como prejuízo.

Falta conhecermos maiores detalhes da proposta brasileira, mas, pelo que foi divulgado pela imprensa, ela nos pareceu coerente com a postura até aqui defendida pelo governo e flexível o suficiente para um início de negociações. O refinanciamento de US\$ 10,4 bilhões de juros vencidos e a vencer em 1987, 1988 e 1989 (sendo US\$ 4,3 bilhões neste ano) é uma solicitação que denota a intenção do governo de reduzir a transferência líquida de recursos ao exterior a algo como 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB), como preco-

nizou o ex-ministro Dilson Funaro. Com efeito, mesmo sem ingresso de dinheiro novo, se o Brasil pagar apenas cerca de 50% dos juros devidos aos bancos nos dois próximos anos, como está propondo, o total dos juros remetidos — mantendo-se os pagamentos integrais a organismos governamentais e multilaterais — cairia para cerca de US\$ 6 bilhões anuais, ficando próximo de 2,5% do PIB.

Para que esse limite não seja ultrapassado, seria preciso reescalonar também os vencimentos do principal, como está previsto na proposta. Finalmente, outra questão polêmica, a da transformação de parte da dívida em bônus garantidos pelo governo, foi tratada com maior flexibilidade do que quando a idéia foi lançada, pois agora não se procura apropriar de imediato o deságio do mercado secundário. Esses e outros itens da proposta oficial deverão agora ser bem estudados pelos credores, mas não há dúvida de que, ao apresentá-la, o Brasil reafirmou sua disposição de negociar.